

NOTAS SOBRE A INCORPORAÇÃO DO MÉTODO DE MARX NA GEOGRAFIA: UMA BUSCA CRÍTICA POR NOVOS CAMINHOS

Gabriel Souza Alves¹

RESUMO

Este artigo analisa os elementos mais significativos e pouco explorados do método de Karl Marx em paralelo aos dilemas de sua incorporação na pesquisa em Geografia. Com base nos livros e rascunhos [*Grundrisse*] de *O capital: crítica da economia política* e interlocução com intérpretes do método marxiano, busca-se entender sua concepção de abstração e concreto, os níveis de abstração e uso da retrodução. Tendo em vista estas considerações, voltamo-nos para o desafio que o método de Marx estabelece para os geógrafos, assim como para o recorrente emprego inadequado de algumas categorias da economia política. Somente no reconhecimento deste desafio é que encontramos o potencial da Geografia, seja na investigação do espaço social, seja na desmistificação das formas atuais de relações sociais dominadas pelo capital.

Palavra-chave: Marx, método, Geografia, abstração concreta, níveis de abstração.

ABSTRACT

This article analyzes the most significant and little explored elements of Karl Marx's method in parallel with the dilemmas of its incorporation in Geography research. Based on the books and drafts [*Grundrisse*] of *Capital: critique of political economy* and dialogue with interpreters of the Marxian method, we seek to understand his conception of abstraction and concrete, the levels of abstraction and the use of retroduction. With these considerations in mind, we turn to the challenge that Marx's method poses to geographers, as well as the recurring inappropriate use of some categories of political economy. Only in recognizing this challenge do we find the potential of Geography, whether in the investigation of social space or in the demystification of current forms of social relations dominated by capital.

Keywords: Marx, method, Geography, concrete abstraction, levels of abstraction.

INTRODUÇÃO

O artigo a seguir é toma o método de Marx e sua incorporação na Geografia enquanto seu objeto, tendo em vista a suma importância deste embasamento teórico-metodológico para

¹ Doutorando do Programa de Geografia Humana (PPGH) da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2022/10366-1. Contato: gabrielsouzaalves@usp.br

as pesquisas sobre as múltiplas formas espaciais necessárias do capital e de suas relações sociais. Trata-se de um texto-exercício, redigido para organizar e aprofundar a fundamentação de teoria e método de outra pesquisa em curso, acerca da expansão do complexo imobiliário-financeiro na Baixada Fluminense e suas implicações na produção do espaço². No entanto, o que se busca aqui é algo comum a muitos geógrafos críticos: os caminhos para se apropriar da crítica de Marx, trazendo-a para dentro do seu método de pesquisa em Geografia.

Antes da Geografia partir em busca de exemplos ou aplicações das categorias da crítica da economia política, é fundamental perceber que o debate em *O capital* é travado a partir de pressupostos específicos, ou melhor, em diferentes níveis de abstração. Isso consiste em dizer que o, assim dito, “fenômeno econômico” é atravessado por tantas determinações e circunstâncias que há a necessidade de isolá-las em exercícios hipotéticos para que se possa analisar as formas mais simples e fundamentais da reprodução da economia política capitalista.

Uma das preciosidades da obra de Marx está em demonstrar como o mundo do dinheiro, do lucro, das cifras bancárias, do preço das coisas, é uma expressão do mundo das relações sociais de produção, da circulação da propriedade privada e da apropriação do mais-valor. O método de Marx para alcançar esta abstração concreta, que desvela as práticas sociais reproduzidas sob o esteio do modo de representações capitalista, não pode ser recortado dos significados das categorias da economia política, mesmo que em nome de uma benevolente aproximação com os dados empíricos observados pelos geógrafos.

Para encarar o desafio de método presente em Marx, evidenciado todos os volumes de *O Capital* e nos escassos momentos em que o autor se abordar diretamente seu modo de investigação e exposição (inclusive no rascunho da obra, em *Grundrisse*), optou-se aqui por repartir o artigo em dois momentos.

Primeiramente, a chave de leitura está na compreensão precisa sobre a relação entre o modo de exposição e modo de investigação da obra, possível a partir da problemática própria de seu objeto de análise – contraditório e pertinente ao “cerne racional” do pensamento dialético de Hegel. Após compreender o encadeamento de abstrações que se expressão na realidade concreta, síntese de múltiplas determinações, é o momento de nos voltarmos para o operador lógico adotado pelo autor (retrodução) e para o que ocorre durante a passagem pelos diferentes níveis de abstração.

² Pesquisa desenvolvida sob orientação da Prof.^a Dra. Ana Fani Alessandri Carlos (PPGH/USP), intitulada originalmente de “As novas frentes de expansão imobiliário-financeira e a reestruturação espacial na Baixada Fluminense a partir dos eixos Dutra (BR-116) e Washington Luís (BR-040)”.

Na segunda parte, vemos as delimitações e desafios postos à Geografia pelo método de Marx, elencando alguns exemplos de aplicação céleres que precisam ser repensadas. Aborda-se, por fim, as confusões com definições categoriais e com os níveis de abstração de Marx, explorando-se a possibilidade um ponto de partida capaz de transformar a pesquisa geográfica numa potente atualização da crítica pelo viés da produção do espaço.

A ABSTRAÇÃO CONCRETA DE MARX E OS NÍVEIS DE ABSTRAÇÃO EM “O CAPITAL: CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA”

Antes de adentrarmos nas considerações a respeito do método de Marx e seu desenvolvimento mais amadurecido em *O capital: crítica da economia política*, é necessário tomarmos esse debate com a devida cautela, uma vez que o próprio autor não chegou a escrever extensamente e de maneira detalhada sobre método científico. O que temos de mais profícuo neste quesito são: prefácio da primeira edição e o posfácio da segunda edição de *O capital: livro I* e a chamada *Introdução de 1857* publicada em *Grundrisse* – que, apesar de textualmente rico, trata-se dos fundamentos rascunhados do autor em seu expediente de elaboração do que seria *O capital*.

As dificuldades prescritas nos colocam diante do seguinte pressuposto: mais do que nunca, é o elo entre teoria e método e, portanto, a leitura integral dos três livros de *O capital* que permite a assimilação de seu caminho investigativo no decorrer de sua crítica da economia política. O modo de expor os resultados de sua análise, como salienta ele mesmo³, difere do seu respectivo modo de investigação, uma vez que é nesta primeira que ele busca resolver a constante preocupação de ser compreendido pelo público leitor. Isso se torna evidente conforme ele se debruça sobre a importância de se entender principalmente a primeira seção da obra, intitulada *Mercadoria e dinheiro*, vejamos.

Todo começo é difícil, e isso vale para toda ciência. Por isso, a compreensão do primeiro capítulo, em especial da parte que contém a análise da mercadoria, apresentará a dificuldade maior. No que se refere mais concretamente à análise da substância e da grandeza do valor, procurei popularizá-las o máximo possível. A forma de valor, cuja figura acabada é a forma-dinheiro, é muito simples e desprovida de conteúdo. Não obstante, o espírito humano tem procurado elucidá-la em vão há mais de 2 mil anos, ao mesmo tempo que obteve êxito ainda que aproximado, na análise de formas muito mais complexas e plenas de conteúdo. [...] Desse modo, com exceção

³ “Sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexó inteiro. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real” (MARX, 2013, p. 90).

da seção relativa à forma do valor, não se poderá acusar esta obra de ser de difícil compreensão. (MARX, 2013, p. 77-8)

Seu modo de exposição, portanto, não está situado sobre uma preocupação diretamente didática e de se fazer entender por recursos da linguagem – ainda que ele se empenhe em ser claro e inteligível. Mas sim pelo fato de iniciar sua análise do capital a partir das categorias mais simples, sobre as quais recai uma menor quantidade de determinações sociais para ser compreendida de antemão. A categoria que depende menos de outras definições e, por conseguinte, de se envolve num menor patamar de complexidade e pressupostos é a forma-mercadoria⁴. Este elemento de seu método pode conter as dificuldades de assimilação inicial por parte do leitor, mas permite maiores facilidades no decorrer da obra, no movimento de incorporação de outras determinações.

Apreendido o elemento central que guiou o modo de expor os conteúdos de sua investigação sobre o “[...] modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação” (MARX, 2013, p. 78), podemos finalmente indagar: como ele investigou? Algumas pistas importantes se encontram em *Grundrisse*, mas antes devemos salientar que não se trata de concebermos este modo de investigação de Marx enquanto um receituário de procedimentos, nem como uma proposta de modelo científico descolado da história. O que Marx desenvolveu durante sua vida em termos de método foi: i) desenvolvimento de uma crítica ontológica aos autores da economia política; ii) compreensão das categoriais que sustentam e dão forma ao movimento do capital na sociedade moderna; iii) aprofundamento da concepção de real concreto enquanto sobreposição de múltiplas determinações.

A crítica de Marx não surge de uma iluminação milagrosa ou exclusivamente de seu talento, ou genialidade, ela é fruto de uma vida concreta, de um sujeito que se dedicou intensamente aos estudos, exercícios de reflexão, produção textual e à luta política. Se levarmos em consideração a integralidade dos rascunhos e textos publicados durante todo o período de estudo da economia política e da elaboração de sua crítica⁵, veremos que múltiplos autores

⁴ “[...] Para a sociedade burguesa, porém, a forma-mercadoria do produto do trabalho, ou a forma de valor da mercadoria, constitui a forma econômica celular” (MARX, 2013, p. 78).

⁵ Necessário salientar que a compreensão amadurecimento se torna mais palpável conforme os textos da nova Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA II), a edição completa das obras de Marx e Engels, avança em suas publicações. Como nos salienta Marcello Musto: “as pesquisas de Marx entre o período dos [*Manuscriptos econômico-filosóficos de 1844*] e de [*A ideologia alemã*] e o período dos [*Grundrisse*] e em seguida entre os [*Grundrisse*] e vários rascunhos de *O capital* finalmente se tornaram acessíveis aos pesquisadores por meio da Mega2. Isso possibilitou que se seguisse diversos estágios intermediários da evolução de suas ideias tanto nos anos 1850 quanto após a publicação do primeiro volume de *O capital*, sugerindo uma interpretação mais crítica e aberta de sua teoria” (MUSTO, 2011, p. 60).

foram fundamentais na trajetória de Marx e na formação de sua respectiva síntese (MUSTO, 2011). Não é possível, portanto, aproximar-nos de seu modo de investigação e de suas descobertas sem reconhecer a existência de um conjunto de discussões teóricas nas quais Marx se situa, mesmo que para se apropriar criticamente dos conteúdos trazidos por esses outros autores.

No decorrer do amadurecimento de seu pensamento, Marx se dá conta de que o objeto de sua investigação é contraditório e, justamente por isto, recorre ao que ele designa de cerne racional⁶ do pensamento dialético de Hegel. É evidente que a crítica ao modo hegeliano de enxergar a negação dialética a partir do espírito do mundo e da transformação da ideia num sujeito autônomo (MARX, 2013, p. 90) deve ser considerado. Contudo, concordamos com Jorge Grespan (2002), pois não se trata de uma simples substituição do “conteúdo” da dialética, de uma base idealista por uma fundamentação materialista. Trata-se de uma inversão de método que implica em mudanças no próprio cerne de como se dá a negação na contradição dialética. Assim,

a própria contradição muda de figura, então, na dialética hegeliana. Inicialmente, ela aparece na oposição dos dois termos mutuamente negativos, que são ‘em si’ mesmo contraditórios. Eles incluem o outro como ‘momento’ e simultaneamente o excluem, como totalidade. São, cada qual, totalidades mutuamente excludentes. Na medida, porém, em que cada uma se determina somente através da negação da outra; [...] negar a outra é negar-se inteiramente, e não só parcialmente. (GRESPLAN, 2002, p. 37)

Em Marx, por sua vez, avança-se no reconhecimento de uma unilateralidade na oposição dialética, que deixa de ser necessariamente a negação entre duas totalidades, para dar lugar a uma contradição em exclui incluindo seu oposto de maneira assimétrica (GRESPLAN, 2002, p. 38-9), subordinando-o, estamos falando da relação entre capital e trabalho. Assim, “[...] mesmo tendo integrado a si a força de trabalho, chamando-a de capital (variável), o capital só pode obrigá-la a produzir para ele se reproduzir na esfera da produção o despojamento original, a desigualdade fundamental” (GRESPLAN, 2002, p. 39). Em contrapartida, se a oposição dialética é vista a partir do trabalho, não encontramos a mesma totalidade:

Definido como o oposto do capital, o trabalho é ‘posto como não-capital’, isto é, trabalho não objetivado, vivo. ‘Negativamente apreendido’, ele é ‘exclusão completa da riqueza objetiva’, sendo despojado dos meios materiais para produzir, ao se defrontar com a ‘riqueza objetiva’ enquanto propriedade alheia que o domina. Daí que

⁶ “A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico. [...] Em sua configuração racional, ela constitui um escândalo e um horror para a burguesia e seus porta-vozes doutrinários, uma vez que, na inteligência positiva do existente, inclui, ao mesmo tempo, a inteligência de sua negação, de seu necessário perecimento” (MARX, 2013, p. 91).

ele não possa também incluir e rebaixar o capital a seu momento, compondo ao seu lado uma totalidade. (GRESPLAN, 2002, p. 40)

É justamente o reconhecimento desta contradição dialética em seu objeto de investigação que vai permitir que Marx desenvolva seu argumento para além de uma crítica interna à ciência da economia política. A partir da contradição fundante entre capital e trabalho, Marx segue seu argumento redefinindo e tornando mais precisa a funcionalidade das categoriais econômicas discutidas por autores renomados, como Adam Smith e David Ricardo⁷. Entretanto, aquilo que para os leitores desatentos figurava como apenas mais uma teoria econômica, trata-se, na verdade, de uma crítica que reorienta o próprio significado do ser social e da relação entre sujeito e objeto.

Ao final de sua obra, por mais inacabada em termos de forma textual, Marx desenvolve uma crítica que não pode, e nem poderia, ser resolvida no campo do empírico, pois sua radicalidade consiste em estabelecer uma crítica de reverberação ontológica, de uma crítica ontológica (DUAYER, 2016, p. 34-5). Em que se pese, que

essa estrutura crítica (ontológica) pode ser observada em diversos momentos da obra de Marx, em que ele parte da evidente plausibilidade empírica – e, por conseguinte, da eficácia operatória – das concepções cuja absurdidade demonstra para revelar relações de produção burguesas das quais são representação dos agentes dela cativos⁸. (DUAYER, 2016, p. 35-6)

Ou seja, a crítica consiste em compreender a absurdidade das representações mistificadas a respeito das práticas sociais envolvidas no processo de produção capitalista – da formulação mais banal até a cientificamente prestigiada. Ademais, Marx o faz num sentido de ganho de complexidade do fenômeno, pois não basta elucidar como se produz o capital, mas também como este circula por diferentes formas⁹ e como ele remunera diferentes frações capitalistas e formas autonomizadas (Livro II e III de *O capital*) dentro do ciclo do capital total.

Esse caminho argumentativo de Marx e seu modo de exposição, no decorrer dos três livros, acaba expondo o que ele compreende ser o concreto empírico: um resultante de determinações múltiplas. Isso se traduz no caráter necessariamente “póstumo” da investigação, sua dimensão *post festum* – conforme discernido no subcapítulo sobre o caráter fetichista da

⁷ Essa afirmação encontra uma evidente base textual nos capítulos 10, 11 e 19 do Livro II de *O capital* (MARX, 2014).

⁸ Ao final desta frase, o autor faz referência aos manuscritos do Livro III de *O capital* publicados pela MEGA II. E menciona, na frase seguinte, o capítulo intitulado de “A fórmula trinitária”, que corresponderia ao capítulo 48 da edição da Boitempo (MARX, 2017, p. 877-94).

⁹ Podemos representá-las da mesma maneira como foi exposta no decorrer da Seção I do Livro II: D [forma-dinheiro] – M [forma-mercadoria] (força de trabalho + meios de produção) ... P [processo produtivo] ... M' [forma-mercadoria de maior grandeza] – D' [forma-dinheiro de maior grandeza] (MARX, 2014, p. 107-200).



mercadoria¹⁰. Trata-se da constatação de que a descoberta das múltiplas determinações que orientam um determinado fenômeno social só se torna possível após a mesma ter se realizado. E aqui está posta as dificuldades de se investigar os processos em contextos mais recentes.

Pode-se, já neste ponto, afirmar que seja qual for o modo de investigação empregado, o objetivo da pesquisa é a compreensão do encadeamento de determinações que compõem a expressão de um fenômeno concreto. Enquanto objeto social, estamos falando necessariamente de práticas sociais de caráter finalística e intencional, que “[...] dependente crucialmente de uma figuração de mundo mais ou menos unitária e coerente [...]” (DUAYER, 2016, p. 36) de seus sujeitos. O encadeamento, por sua vez, apesar de apreendido em sua síntese, de alguma maneira já se encontram separados pela inteligência humana, num esforço de apreensão lógica pela dedução e indução.

A ciência consistiria, por suposto, de uma superação da apreensão social mais apressada por uma reflexão que busca se validar por meio de um método, situado por paradigmas teóricos e pela própria noção de ciência de uma época e regionalidade. Marx, por sua vez, faz menção à relevância deste recurso dentro de seu modo de investigação:

[...] na análise das formas econômicas não podemos nos servir de microscópios nem de reagentes químicos. A força da abstração [Abstraktionskraft] deve substituí-se a ambos. Para a sociedade burguesa, porém, a forma-mercadoria do produto do trabalho, ou a forma de valor da mercadoria, constitui a forma econômica celular. (MARX, 2013, p. 78)

Quanto mais abstrações feitas, mais simples e total é a caracterização deste determinante; em oposição, quanto menos abstrações necessárias, mais concreto e complexo é o determinante. A complexidade não está relacionada à dificuldade de apreensão da determinação, mas com a grandeza de determinações pressupostas que são condição necessária para que essa última se manifeste concretamente – ou seja, exige um maior encadeamento.

É possível exemplificar essa compreensão se acompanharmos o próprio movimento do argumento de Marx logo no capítulo 1 do Livro I de *O capital*, no encadeamento das categorias mais simples. Mas que para sê-las, ela se desdobra em categorias mais complexas, que vão se desenvolvendo historicamente – apesar de não ser possível elucidá-las mediante uma sequência precisa de eventos. Marx inicia com o capítulo intitulado *A mercadoria*, apesar desta não ser a

¹⁰ “A reflexão sobre as formas da vida humana, e, assim, também sua análise científica, percorre um caminho contrário ao do desenvolvimento real. Ela começa *post festum* [muito tarde, após a festa] e, por conseguinte, com resultados póstumos do processo de desenvolvimento. As formas que rotulam os produtos do trabalho como mercadorias, e, portanto, são pressupostas à circulação da mercadoria, já possuem a solidez de formas naturais da vida social antes que os homens procurem esclarecer-se não sobre o caráter histórico dessas formas – que eles, antes, já consideravam imutáveis –, mas sobre seu conteúdo” (MARX, 2013, p. 150).

determinação mais abstrata do capítulo. Seu objetivo, neste momento, é a definição do valor da mercadoria, revelando que se trata da “substância” trabalho abstrato (figura 1).

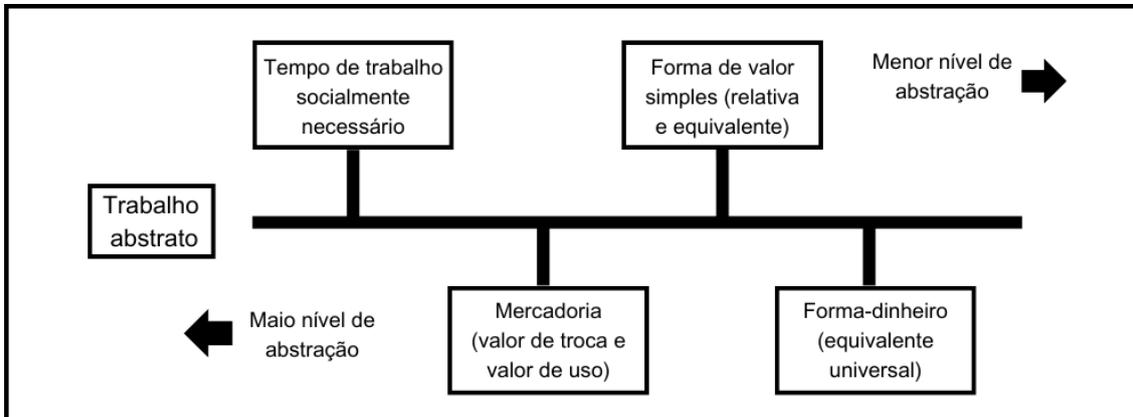


Figura 1 – Níveis de abstração a partir do Trabalho Abstrato

Fonte: Marx (2013). Adaptado.

Como já mencionado no presente texto, a contradição fundamental para Marx está situada na negação dialética entre capital e trabalho, de modo que há nesta última uma unilateralidade em que somente o capital se configura enquanto totalidade. Nesta condição, o ponto de partida para explicar o capital não é o trabalho em si, mas sua forma objetivada, na qual é possível se apropriar do valor que foi gerada pela separação entre o trabalho vivo e os frutos que ele mesmo gerou. Portanto, para que o trabalho seja valor neste modo de produção, tornando-se trabalho abstrato, é necessário que seja pela intermediação da mercadoria.

Retomando a ilustração, que deve servir apenas ao objetivo de figurar a relações entre categorias da produção capitalista, não um modelo em absoluto, temos o trabalho abstrato como abstração mais simples. Este último, porém, só pode se expressar concretamente se for transmutado na forma-mercadoria, que, por sua vez, só é produzida em uma relação com o trabalho morto (meios de produção) que está socialmente estabelecido como propriedade do capitalista. Portanto, para que o trabalho abstrato apareça como figura e medida do valor na forma-mercadoria, prescinde-se de um tempo de trabalho necessário prescrito pela forma dos meios de produção.

Neste ponto do argumento, Marx também abstrai das diferenças de força produtiva entre os capitalistas individuais e de circunstâncias ilógicas, presumindo apenas a média social e tomando-o como tempo de trabalho socialmente necessário. Para a produção do capital, contudo, esta forma de valor não basta, pois ela precisa se manifesta nas relações de troca, na comparação entre mercadorias. A partir disto, tem-se a primeira forma de expressão do trabalho

abstrato no mercado, sua equivalência de valor é representada na forma de outra mercadoria distinta. Ademais, surge, eventualmente, uma igualdade de valor que se expressa numa proporção quantitativa entre elas (x quantias da mercadoria A = y quantias da mercadoria B).

O desenvolvimento de uma mercadoria especial, com a única função de mensurar o valor das outras mercadorias, capaz de ser o correspondente universal da extensa cadeia de equivalência, é um movimento natural. Marx demonstra como se dá a função mais basilar da forma-dinheiro: o de equivalente universal. Seu valor de uso desta mercadoria especial, conseqüentemente, é ser expressão oficial do valor de troca de qualquer mercadoria. Finalmente temos a base mais simples para a circulação do capital e para a expressão monetária do trabalho abstrato.

Por mais que, nesta linha argumentativa, tenha-se avançado de uma categoria mais simples (trabalho abstrato) para uma categoria mais complexa (a função de equivalente universal da forma-dinheiro), há ainda uma variedade grande de determinações ainda desconsideradas dentro da análise. Podemos enumerar alguns para fins de exemplificação: i) a função de meio de pagamento da forma-dinheiro; ii) a possibilidade de as mercadorias não serem vendidas por seus respectivos valores (forma preço); iii) a disparidade de força produtiva dentre os capitais individuais; iv) o tempo de rotação do capital (tempo necessário para percorrer todo o ciclo $D - M \dots P \dots M' - D'$).

Não há razão para listá-las exaustivamente os elementos abstraídos logo no começo do argumento, uma vez que os reconhecemos via uma leitura completa de *O capital*. Conforme se avança no movimento argumentativo de Marx, são apresentadas categorias cada vez mais próximas do encontro entre múltiplas determinações que definem o real concreto. E as necessárias metamorfoses pelas quais o trabalho abstrato precisa transitar para ser concebido enquanto capital, discutidas no Livro II de *O capital*, trazem consigo contradições que envolvem novas camadas de complexidade.

As crises de superprodução e subconsumo – decorrentes da interrupção do ciclo do capital –, descortinam, por exemplo, o fato do trabalho abstrato só ser passível de apropriação pelo capital caso esteja em circulação. O movimento cíclico do capital precisa lidar com questões objetivas para atravessar suas sucessivas metamorfoses, observadas no ciclo do capital dinheiro, ciclo do capital produtivo e ciclo do capital-mercadoria (MARX, 2014, p. 107-200).

Conforme a circulação do capital ($D - M \dots P \dots M' - D'$) ainda denota a totalidade do valor a partir de uma cadeia integrada e pretensamente ininterrupta de formas, pode-se



reconhecer que há divisões e especializações ocorrendo na escala do capital individual¹¹. Sem o capital individual, não é possível a existência do capital total. O primeiro se encontra num menor nível de abstração, situando-se num âmbito mais complexo das práticas sociais, e por isto também vemos que se desenvolvem inversões mistificadoras, próprios da dialética entre modo de apresentação [*Darstellung*] e modo de representação [*Vorstellung*] capitalista (GRESPLAN, 2019). Vejamos,

[...] o capital ‘se apresenta’ na própria realidade social, de fato, como criados das ‘forças produtivas’ que substancialmente provêm do trabalho; desse modo ele cria formas de prática econômica ‘representadas’ de maneira plástica em símbolos que os agentes percebem, ou ‘representam’ na sua imaginação, já na forma invertida pela ‘apresentação’ original das ‘forças produtivas do trabalho [...] como forças produtivas do capital’.

Mais do que uma simples superposição de sentidos, o que se observa nessa formulação é uma contraposição [dialética] entre *Darstellung* e *Vorstellung*. Marx dirá, por exemplo, que o dinheiro ‘representa’ o valor das mercadorias porque elas ‘apresentam’ nele seus valores. (GRESPLAN, 2019, p. 14)

O movimento da “apresentação” para a “representação” ocorre ao longo do encadeamento das determinações; quanto menor o nível de abstração e maior proximidade com a complexidade do real concreto, maior o volume de inversões e mistificações a respeito da contradição originária entre capital e trabalho. Por mais que a totalidade do capital seja escondida neste processo, é através deste modo de representação capitalista que as formas mais simples – de maior nível de abstração – adquirem expressão no concreto percebido. Um exemplo mais evidente disso é a cadeia de determinações necessárias para a produção de mais-valor.

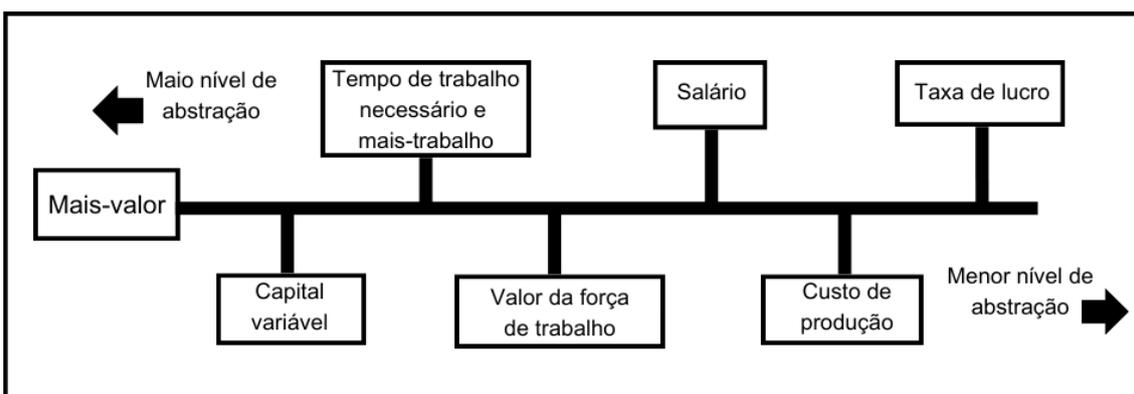


Figura 1 - Níveis de abstração a partir do Mais-valor

Fonte: Marx (2013; 2017). Adaptado.

¹¹ Apenas a título e exemplo, podemos mencionar o capital de comércio de mercadorias (MARX, 2017, p. 309-57), que já aparece na exposição do Livro II d’*O capital*, quando Marx aborda a necessidade de agentes da circulação serem pagos pelos agentes da produção para que a circulação da forma-mercadoria seja realizada (MARX, 2014, p. 206).



O mais-valor é o verdadeiro produto almejado pelo capital, é a fonte de valorização deste último e substância escondida por detrás da riqueza social. Sabemos que seu pressuposto é a dialética entre capital e trabalho, pois para ser excedente de um, precisa se configurar em ausência para aqueles que venderam sua capacidade de trabalhar. Ou seja, o trabalhador precisa estar sob a posse do capital durante um determinado período, uma jornada, e figurar como parte do próprio processo capitalista de produção: como capital variável (MARX, 2013, p. 285-88).

A mensuração do quanto seu valor varia no decorrer do processo produtivo (taxa do mais-valor) depende, por sua vez, do tamanho da parcela da jornada de trabalho que é obrigatória para repor o valor da força de trabalho (trabalho necessário) e o tamanho total da jornada de trabalho. A diferença entre estas duas variáveis sociais nos remetem a um tempo de trabalho excedente, o mais-trabalho (MARX, 2013, p.299-304). No entanto, aquilo que o capital adianta ao trabalho por sua jornada de trabalho equivale a uma determinação social, a função de reproduzir socialmente estes vendedores incessante de suas capacidades de trabalhar (necessidades biológicas, formativas e culturais) – falamos do valor da força de trabalho (MARX, 2013, p. 390-93).

A expressão monetária do referido valor pago pela força de trabalho se dá através da forma salário (MARX, 2013, p. 605-12) e assim é igualada e incorporada aos demais custos monetários próprios do processo de produção capitalista. Assim como o salário, a forma-preço dos meios de produção e objetos de produção – materiais auxiliares e matérias-primas – (MARX, 2013, p. 255-63) são trazidas para dentro da “planilha” dos custos de produção do capitalista¹². Mistifica-se, desta maneira, a origem da ampliação do valor dentro do processo produtivo, agora diluída dentre os demais gastos com capital constante (MARX, 2017, p. 59). Diferente da taxa de mais-valor, calculada em relação ao adiantamento com força de trabalho, a taxa de lucro o faz em relação ao adiantamento total do capital – tendo em vista para uma rotação específica. Como estamos num nível de abstração mais complexo e atravessado por múltiplas determinações, a forma preço passa a contabilizar possíveis variações de preço dos componentes do capital constante. Além disto, “[...] permanece misterioso de onde provém esse excedente, se da exploração do trabalho no processo de produção, da vantagem obtida sobre os compradores no processo de circulação ou de ambas” (MARX, 2017, p. 72).

A conclusão deste processo de apresentação do mais-valor na representação da forma lucro é que a prática social, sob o capitalismo, concretiza-se não somente por um encadeamento

¹² Cabe aqui ressaltar que a forma de valor do capital fixo (meios de produção) adentra o custo de produção da mercadoria apenas parcialmente – através de seu desgaste na transferência de valor, conforme ocorrem as rotações do capital (MARX, 2014, p. 239-65; 2017, p. 58).

complexo de determinações, mas também por níveis mais complexos de mistificação da totalidade contraditória que move a acumulação do capital. Seu potencial de ocultação é tamanho que faz parecer, para o capitalista, que sua fonte de riqueza deriva do processo de circulação¹³ e assim este modo de representação é difundido na sociedade e mobilizado na defesa das práticas que sustentam o capital.

Na Figura 1, a mistificação já se faz presente, ainda que num nível de abstração maior e mais simples, uma vez que a apresentação do valor de troca das mercadorias passa a ser representados numa mercadoria especial – cujo valor de uso é a representação numérica da equivalência entre todas as mercadorias. Assim, o surgimento do dinheiro, enquanto equivalente universal, é condição para se inverta a percepção sobre a origem do valor. Ou seja, o valor passa a ser prerrogativa do dinheiro, não mais das mercadorias.

Todo um movimento de mistificações ainda mais complexas ocorre nas relações entre as frações individuais do capital, que especializam em determinadas funções da produção e da circulação do capital. No Livro III de *O capital*, estas formas aparentemente autonomizadas do capital são analisadas sequencialmente e é possível reconhecer, nesta exposição, o desenvolvimento da mistificação e do modo de representação capitalista. Porém, por hora, basta-nos reconhecer que a mistificação acompanha o encadeamento de determinações das práticas sociais dominadas pelo capital.

Através de um exercício dedutivo, que analisa uma determinação social em um nível de abstração, pode-se descobrir a dimensão funcional que esta última cumpre diante da contradição central do capitalismo – a problemática que impulsiona o método de Marx. Enquanto abstração, a determinação não pode, e nem poderia, se manifestar isoladamente no concreto empírico, mas nem por isso é menos real. Tomamos, assim, o termo abstração concreta¹⁴, empregado por Henri Lefebvre (2013), p. 374), então, para aludir aqui o método abstrativo de Marx. Pois, para ele, a abstração precisa se manifestar, mesmo que multiplamente determinada e intermediada, na realidade concreta.

Marx foi cauteloso com a exposição das determinações do capital e situou suas implicações a partir de diferentes níveis de abstração, mas só pôde fazê-lo porque houve um

¹³ “Embora o excedente do valor da mercadoria sobre seu preço de custo tenha origem no processo direto de produção, ele se realiza apenas no processo de circulação e assume tão mais facilmente a aparência de derivar do processo de circulação quanto, na realidade, no interior da concorrência, no terreno efetivo do mercado, são as relações de mercado que decidem se e em que medida esse excedente é realizado” (MARX, 2017, p. 69).

¹⁴ O termo é usado originalmente por Henri Lefebvre (2013, p. 156; p. 373-74) para introduzir a problemáticas referentes à produção do espaço, assim como para se referir e definir a mercadoria e o dinheiro.



modo de investigação. Após criticar o empirismo¹⁵, que ingenuamente parte do concreto via representações que lhe antecedem enquanto sujeito, e o idealismo¹⁶, que confunde o processo tipicamente científico de apreensão do real com a própria produção do real, Marx chama atenção para o sentido necessário do movimento de ida e de volta do abstrato ao concreto:

Seria impraticável e falso, portanto, deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que tem entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão de diferentes formas de sociedade. Trata-se, ao contrário, de sua estruturação no interior da moderna sociedade burguesa. [...] Como outro exemplo da posição diferente que as mesmas categoriais ocupam em diferentes estágios de sociedade, uma das últimas formas da sociedade burguesa: as sociedades por ações. Mas aparecem também no início da sociedade burguesa, nas grandes e privilegiadas companhias comerciais detentoras de monopólio (MARX, 2011, p. 60-1).

Mais importante quanto estar ciente das fundamentações teóricas nas quais se baseiam as incursões de pesquisa (indo do abstrato ao concreto) e questionar a própria produção destes preceitos teóricos (voltando do concreto ao abstrato), é alcançar a compreensão a respeito da hierarquia entre as determinações sociais – levando em conta o contexto espaço-temporal da sociedade¹⁷.

O movimento do pensamento de Marx, portanto, difere do operador lógico mais tradicional da ciência de caráter positivista, uma vez que ela busca lidar as determinações investigadas que não estão no plano do sensível. Ele mobiliza outro operador lógico necessário, distinto do movimento mais tradicional de indução e dedução¹⁸, referimo-nos à retrodução. Esta

¹⁵ No original não é adotado o termo “empirista”, trata-se de uma nomenclatura improvisada para se referir ao caminho criticado logo no começo do texto de Marx, vejamos. “Parece ser correto começarmos pelo real concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixa de fora, por exemplo, as classes sociais das quais são constituídas. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital etc. [...]. Por isso, se eu comesse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples. [...] Na primeira via [do concreto à abstração simples], a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata” (MARX, 2011, p. 54).

¹⁶ Após reconhecer o concreto como síntese de “múltiplas determinações” e “unidade da diversidade” (MARX, 2011, p. 54), Marx também critica a possível ilusão científica que se deriva disto: “[...] Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo, enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto” (MARX, 2011, p. 54-5).

¹⁷ A apreensão é sempre situada, pois, “[...] as próprias categoriais mais abstratas, apesar de sua validade para todas as épocas – justamente por causa de sua abstração –, na determinabilidade dessa própria abstração, são igualmente produto de relações históricas e têm sua plena validade só para essas relações e no interior delas” (MARX, 2011, p. 58).

¹⁸ “Tanto a dedução quanto a indução são operadores lógicos que estabelecem uma conexão entre consequente e antecedente na *qual as duas extremidades são situadas no domínio do empírico*. No caso da indução, o procedimento extrapola uma determinada experiência empírica para o conjunto de toda experiência possível,

última, [grifos do original] consiste na passagem de um acontecimento empírico para o reconhecimento das condições não empíricas sem as quais o acontecimento não se efetivaria [grifos do original]” (BONETE; MEDEIROS, 2021, p. 83). Ou seja, é o movimento lógico de reconhecimento dos pressupostos sociais necessários à manifestação dos processos situados na realidade concreta.

A retrodução é um dos principais recurso lógicos do modo de investigação de Marx e está integralmente presente no movimento de exposição de sua crítica em *O capital*, em todos os momentos em que ele especifica seus pressupostos. Como resultado disso, o autor desenvolve seu discernimento sobre as formas sociais que há muito tempo figura nas sociedades pré-capitalistas, como o dinheiro e o trabalho abstrato (MARX, 2011, p.56-8), mas que somente na sociedade moderna alcança sua função plenamente desenvolvida enquanto categoria simples, no nível mais elevado de abstração, comandando as demais formas sociais e o encadeamento de determinações.

A POSSIBILIDADE DO MÉTODO DE MARX NA GEOGRAFIA

Abordar a incorporação do método de Marx na Geografia, vista enquanto ciência, não significa dizer que se trata de algo inédito ou ainda não tentado – sobretudo no Brasil. Uma revisão das epistemologias do pensamento geográfico brasileiro certamente revelaria diferentes interpretações que se basearam, em alguma medida, na perspectiva marxiana¹⁹. Não havendo condições de se fazer este percurso mais detalhado no presente texto, opta-se aqui pela delimitação teórica da possibilidade, a partir das considerações de método apreendidas em Marx.

A primeira consideração parte de algo evidente, mas que requer ênfase, trata-se do fato de Karl Marx (1813-1883) ter desenvolvido seu pensamento num momento histórico que antecede a fragmentação da ciência e o surgimento da Geografia enquanto disciplina moderna (QUAINI, 1979, p. 50-1). Não se pode, com isso, esperar que haja uma correspondência direta entre a crítica marxiana e o debate epistemológico que se desenvolve no interior da ciência

pretendendo transitar do singular para o universal (ambos entendidos de forma reducionista, em termos de abrangência da experiência). A dedução, por sua vez, segue o caminho oposto, deduzindo que uma experiência singular será de determinado jeito com base em alguma proposição sobre o conjunto da experiência [grifos do original]” (BONETE; MEDEIROS, 2021, p. 82).

¹⁹ Para uma revisão atual e rica da matriz marxista no pensamento geográfico brasileiro, mas que ainda se amplia por meio de outras perspectivas, começariamos pelo livro *Marx, a geografia e a teoria crítica* (2023), organizado por Alexandrina L. Conceição, Ana Fani A. Carlos, Manoel Fernandes de S. Neto e Rogata S. Del Gaudio.

geográfica acerca das definições de seu objeto de investigação e as metodologias válidas para tanto²⁰.

Por outro lado, ainda que Marx não tenha a ver com os dilemas teóricos de uma ciência pensada conforme o movimento de reprodução das relações sociais e da ordem produtiva vigente, há uma realidade concreta sendo produzida pela totalidade do capital, que aparece na realidade concreta observada pelos geógrafos. Assim, por mais que haja divergências quanto a definição de Geografia para Massimo Quaini (1979), há um fato assertivamente apontado por este autor:

Marx não é, portanto, um geógrafo (assim como não é um historiador nem um sociólogo), mas no marxismo, assim como existe uma teoria da história e uma análise da sociedade, existe também uma geografia, sempre que por uma geografia se queira entender principalmente 'a história da conquista cognoscitiva e da elaboração regional da terra, em função de como veio a se organizar a sociedade' (L. Gambi) (QUAINI, 1979, p. 51).

Seja qual for a metodologia empregada pela pesquisa geográfica, há uma sociedade que, sendo comandada pelo capital, produz a geografia empiricamente observada e estudada. Como visto anteriormente, o método de Marx não pretende e não se enxerga como um sistema conceituais que visa procedimentos de pesquisa específicos, nem mesmo apresenta concordância com o paradigma da ciência moderna. Não obstante, sem consciência de seu método, perdemos de vista uma leitura adequada da obra de Marx e, sem a apreensão completa desta teoria, não é possível uma incorporação teórica-metodológica de seu pensamento em investigações mais atuais e complexas.

A compreensão do movimento de encadeamento das determinações e seus respectivos níveis de abstração são possíveis somente pela leitura completa de *O capital*, abarcando seus três livros. Por sua vez, o encadeamento se expressa de modo diversificado na realidade concreta, em singularidades, e podem ser objeto da intelecção humana e de procedimentos da pesquisa científica – como a produção de dados empíricos.

Os limites da empiria, entretanto, estão postos na medida que a prática social esconde seus próprios fundamentos e representa as determinações do processo de produção e circulação do capital de maneira mistificada. Ou seja, além de complexo e fruto de múltiplas determinações, a realidade empírica também é produzida pela mistificação das relações sociais. Seja pela complexidade, seja pela mistificação, não é possível, portanto, supor que as

²⁰ Ver mais sobre o assunto em: Yves Lacoste (1988), em *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*; Milton Santos (2004), em *Por uma geografia nova*.

categorias da economia política possam ser livremente transplantadas e observáveis no plano do empírico.

Assim, dois dilemas se colocam diante dos geógrafos que buscam incorporar o método de Marx em sua produção científica: a) compreender os termos da abstração concreta de Marx e seus níveis de abstração, sem transplantar ou aplicar as categorias da economia política na observação do objeto empírico; b) assimilar como as contradições e categorias, por ele analisadas, desenvolveram-se historicamente em novas práticas sociais, ainda mais complexas e capitalistas – sobretudo quando olhamos para as formas aparentemente autonomizadas do capital.

Para evidenciar essa dificuldade assinalada no primeiro ponto, podemos oferecer exemplos de geógrafos que, apesar de terem uma ampla leitura de Marx, acabam incorrendo em equívocos quanto ao método que articula a teoria. A tentativa de Neil Smith (1988) de enxergar, na paisagem, as distintas escalas que se originariam da divisão do trabalho nas unidades produtivas e divisões setoriais do capital (SMITH, 1988, p. 160-4) revela sua incompreensão acerca competição entre as frações de capital e da própria dialética entre trabalho morto e trabalho vivo (Figura 2). Trata-se de uma aplicação que abdica das determinações debatidas por Marx, que conferem sentido e significado ao conjunto de descrições e exemplificações historicamente situadas.

Outra leitura célere de Marx se encontra nas formulações de David Harvey sobre a categoria capital fixo. Sem compreender o nível de abstração, o geógrafo se frustra por não enxergar a dinâmica mais concreta de equalização do valor, que ocorre apenas na concorrência entre taxas de lucro (MARX, 2017, 177-88), na forma peculiar de circulação do valor do capital fixo (HARVEY, 2006, P. 210-11). E ainda acusa Marx de ter uma visão linear sobre o desgaste do capital fixo, quando, na verdade, tratava-se apenas da força da abstração, utilizada para conferir ênfase à problemática da conservação do capital fixo. Em desalinho, Harvey acaba por abdicar da compreensão pelo valor e passa a privilegiar a dimensão do *valor de uso* do capital fixo, tornando-o quase sinônimo de ambiente construído e de capital fixado ao solo.

A dificuldade de incorporação do método de Marx na Geografia, contudo, não se traduz necessariamente numa questão individual, de crítica uma seletiva para com um punhado de autores. As confusões são tão recorrentes e generalizadas que é possível elencar uma lista de categorias vistas superficialmente e descoladas de seu sentido original por muitos geógrafos (Tabela 1). Uma vez apreendidas que as categorias são apreendidas através de seus significados, dentro do encadeamento de determinações, passa a ser evidente seu caráter trans histórico e sua variedade de formas possíveis para a realização das funções necessárias a expansão do capital.



Tabela 1 - Desvios recorrentes na leitura das categorias da economia política a partir da crítica marxiana

Categoria	Leitura recorrente	No método de Marx
Indústria	Processo de produção de base fabril; setor secundário.	Processo de produção de mais-valor através da produção de formas-mercadorias (incluindo a indústria do transporte).
Circulação	Circulação de mercadorias, transporte enquanto trabalho improdutivo.	Circulação do capital, ciclo D-M...P...M'-D'.
Desenvolvimento	Crescimento econômico; acumulação de riqueza; melhoria das condições de reprodução da classe trabalhadora; solução distributiva.	Intensificação do caráter capitalista da sociedade, aparecimento de novas funções, com formas mais complexas de produção e circulação do capital.

Fonte: Marx (2013; 2014; 2017). Adaptado.

Também não significa, tendo em vista as questões levantadas, que a incorporação do método de Marx na Geografia se traduza em somente repetir as formulações deste autor e negligenciar o modo de investigação e as conceituações próprios da referida ciência. O geógrafo Ruy Moreira (2004, p. 30) estabelece esta última crítica e temos pleno acordo com mesma. No entanto, temos diferenças em relação à solução proposta para uma profícua relação entre marxismo e Geografia, uma vez que ela não assimila, a rigor, o método de Marx e a retrodução enquanto seu operador lógico²¹.

Enquanto a Geografia for uma ciência que também abarca o capital, e suas múltiplas formas, em suas pesquisas, não é fecundo resumir seu “cruzamento” com o marxismo a uma noção de geograficidade “cujo foco privilegiado é a paisagem, sua relação com o conceito de espaço e a realidade concreta do território” (MOREIRA, 2004, p. 32). A condição espacial do

²¹ Ao equiparar a produção de conceitos no marxismo e na Geografia, Moreira faz alusão ao processo dedutivo e indutivo que racionaliza do particular ao universal, encontrando o singular em seu retorno (MOREIRA, 2004, p. 31). Contudo, ao presumir a apreensão plena através daquilo que é observável empiricamente, sem considerar a retrodução e o encadeamento de determinações, acaba perdendo de vista um dos elementos mais decisivos do método marxiano.

humano, enquanto ser social, não passa apenas pela concretude da paisagem em que vive, mas principalmente práticas socioespaciais e das relações que se desenham em seu movimento de repetição – sua reprodução.

Se supormos que “[...] a geograficidade é em si uma síntese da relação entre a essência e a aparência e assim a própria totalidade do ser” (MOREIRA, 2004, p. 34), muito próximo da noção de realidade concreta em Marx, nem por isso se escapa do desafio de lidar com a descoberta acerca das determinações encadeadas e da mistificação que ocorre na dialética entre modo de apresentação e modo de representação capitalista.

CONSIDERAÇÕES

O método de Marx não oferece uma receita de procedimentos metodológicos para se investigar empiricamente o capital, mas um ponto de partida teórico-metodológico para se apreender o movimento contraditório dialético de seu objeto – o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação.

A crítica de Marx não pode e nem poderiam abranger completamente a sociedade capitalista que se desenvolveu após sua morte, com novas contradições e formas sociais. Porém, uma vez que seu entendimento sobre as categorias que movem o capital se faz ainda determinantes, cabe compreendermos os novos sentidos e significados do encadeamento de determinações que produz a sociedade vigente.

Uma Geografia identificada com o método de Marx e que, por suposto, se proponha a pesquisar formas dominantes do capital através da investigação do espaço social, passa necessariamente por: i) adotar a retrodução enquanto operador lógico da investigação das múltiplas determinações, não se limitando somente ao movimento de ida e de retorno do abstrato ao concreto; ii) compreender as categorias da economia política e as respectivas condições analíticas dos diferentes níveis de abstração; iii) desmistificar o modo de representação capitalista, através da relação dialética com o modo de apresentação e da apreensão das relações sociais enquanto substância do valor; iv) analisar as novas formas e funções adquiridas no processo de produção e de circulação do capital, desvendando as formas aparentemente autonomizadas (D-D’) e o elo com a produção de mais-valor.

Se tomamos o espaço enquanto categoria central da investigação da Geografia, logo percebemos que se trata de uma abstração complexa, que envolve múltiplas determinações e circunstâncias produzidas socialmente. O espaço é condição, meio e produto (CARLOS, 2015, p. 14), simultaneamente, em constante reprodução da dominação social, trata-se de ser:

condição de existência do ser social e de suas relações; meio pelo qual os proprietários do capital se valem para ocorrer a apropriação do mais-trabalho e preservação das forças produtivas; produto do processo cíclico de manifestação da mercadoria (objetivação necessária para a se excluir os vendedores de força de trabalho diante da riqueza social).

O potencial da Geografia está justamente em seu potencial de lidar com as expressões concretas das determinações mais abstratas da totalidade social pela análise do espaço. Sendo capaz de interpretar a expressividade espacial das contradições que comandam a reprodução das relações sociais.

REFERÊNCIAS

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857 - 1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOREIRA, R. Marxismo e Geografia (a geograficidade e o diálogo das ontologias). **Revista Geographia**, Niterói, ano 6, n. 11, 2004, p. 21-37.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GRESPLAN, J. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BONETE, B.; MEDEIROS, J. L. Marx e a crítica da economia política: considerações metodológicas. In: BARRETO, E. S.; MEDEIROS, J. L. **Para que leiam O capital**: interpretações sobre o Livro I. São Paulo: Usina Editorial, 2021.

DUAYER, M. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica à centralidade do trabalho. **Verinotio**, Ano XI, n. 22, out. 2006, p. 29-43.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

HARVEY, D. **The limits to capital**. London, New York: Verso, 2006.

MUSTO, M. A formação da crítica de Marx à economia política: dos estudos de 1843 aos Grundrisse. **Crítica Marxista**, n. 33, 2011, p. 31-65.



XV
ENAN
PECE

ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM ECONOMIA

GRESPIAN, J. A dialética do avesso. *Revista Crítica Marxista*. **Crítica Marxista**, v. 1, n. 14, 2002, p. 26-47.

CARLOS. A. F. A. A virada espacial. *Mercator*, v. 14. n. 4, 2015, p. 7-16.